



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**PRINCIPAIS CONFLITOS PELO USO DA TERRA EM PROJETOS DE
ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA NO MUNICÍPIO DE
HUMAITÁ/AMAZONAS: O CASO DO PAE-BOTOS**

Bolsista: Ana Paula Teixeira Gouveia FAPEAM

Orientadora: Prof^ª. Msc. Ana Cláudia Fernandes Nogueira

HUMAITÁ

2013

Bolsista: Ana Paula Teixeira Gouveia FAPEAM

Orientadora: Prof^ª. Msc. Ana Cláudia Fernandes Nogueira

RELATÓRIO FINAL

PIB-H 0010/2012

PRINCIPAIS CONFLITOS PELO USO DA TERRA EM PROJETOS DE
ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA NO MUNICÍPIO DE
HUMAITÁ/AMAZONAS: O CASO DO PAE-BOTOS.

HUMAITÁ

2013

Sumário

Resumo	4
Introdução	5
1. Fundamentação Teórica	7
2. Discussão dos resultados	11
3. Considerações finais	16
Referências bibliográficas	17
Cronograma	19

Resumo: O relatório apresenta os resultados finais da pesquisa “Principais conflitos pelo uso da terra em projetos de assentamento agroextrativista no município de Humaitá – AM: O caso do PAE-Botos”, que almejou compreender os principais conflitos ocasionados pelo uso da terra em projetos de assentamento agroextrativista. A área de estudo é o Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos, localizado no município de Humaitá a sessenta quilômetros de distância da área urbana do município. O PAE Botos foi criado no ano de 2004 e possui aproximadamente sessenta famílias que têm como atividade econômica a agricultura da mandioca e da banana e o extrativismo da castanha e do açaí. A abordagem desta pesquisa foi qualitativa por ser a que incorpora a questão do significado e intencionalidade presentes nos atos, relações e estruturas (MINAYO, 1994). Nesta perspectiva, optou-se pela pesquisa participante para estabelecer uma relação de reciprocidade entre o pesquisador e os sujeitos da situação investigada. Os métodos de coleta de dados foram a observação direta, que acontece no ambiente de vida do sujeito observado e o uso de narrativas como ferramenta de registro do discurso social (TOBAR E YALOUR, 2002). Concluiu-se que o conflito pelo uso dos recursos naturais, pela castanha, não pode ser tomado como algo desconectado da situação geral do PAE Botos, pois não é possível desconsiderar que as condições de infraestrutura e organização social do assentamento bem como a falta de acompanhamento do INCRA não são fatores que potencializam a ocorrência do conflito.

Palavras-chave: Assentamento; Conflito; PAE.

Introdução

Este relatório apresenta os resultados finais da pesquisa Principais Conflitos Pelo Uso da Terra em Projeto de Assentamento Agroextrativista: O caso do PAE Botos. A área de estudo é o Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos, localizado no município de Humaitá a sessenta quilômetros de distância da área urbana do município. O PAE Botos foi criado no ano de 2004 e possui aproximadamente de sessenta famílias que têm como atividade econômica a agricultura da mandioca e da banana e o extrativismo da castanha e do açaí.

Esta pesquisa foi realizada em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia – NUPEAS financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA com apoio do CNPq. Primeiramente é preciso deixar claro que estes resultados dizem respeito à renovação da pesquisa que se desenvolveu em duas etapas, nos anos de 2011 a 2012 e de 2012 a 2013. Na primeira etapa objetivou-se compreender os principais conflitos pelo uso da terra em projetos de assentamento agroextrativista e para isso propôs-se identificar o processo de criação do Projeto de Assentamento Extrativista Botos/Humaitá junto as Instituições competentes; levantar as características físicas e de infraestrutura Assentamento; identificar as formas de organização existentes na comunidade Botos e reconhecer os principais motivos de conflitos pelo uso da terra na comunidade Botos. Nessa etapa, estudou-se o processo de criação implantação do PAE Botos, pois este processo foi visto como um fator que potencializa a ocorrência de conflitos na área de estudo.

Como se pensou a pesquisa em dois momentos e não foi possível analisar os conflitos pelo uso da terra de forma aprofundada, deu-se continuidade aos estudos para se chegar ao cumprimento do objetivo geral da pesquisa. Assim, o projeto foi renovado e na segunda etapa, os conflitos pelo uso da terra foram estudados mais profundamente. Sendo essencial acompanhar as formas de organização da comunidade, identificar os principais conflitos existentes e reconhecer suas motivações.

O desenho metodológico da pesquisa foi de cunho qualitativo, pois é o que destaca a “questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais” (MINAYO,1994). Utilizou-se a pesquisa documental, a observação direta e

a coleta de narrativas enquanto métodos de coleta de dados. Quanto às narrativas, estas forneceram uma forma de resgatar a memória sobre a realidade do sujeito, possibilitando o entendimento das diversas formas de linguagem (VIEIRA, 2004).

As narrativas passaram por uma análise baseada na técnica da análise do conteúdo que objetiva estabelecer indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens (BARDIN, 2007). Isto é, a análise de conteúdo tem a pretensão de relacionar a frequência de citação de alguns temas, palavras ou ideias em um texto com a intenção de medir a importância atribuída a um determinado assunto pelo seu autor (CHIZZOTTI, 2006).

O trabalho de campo e de análise dos dados compreendeu três etapas: 1) o levantamento documental sobre a criação e implantação do PAE Botos, realizada com o fornecimento de documentos referentes à criação do PAE Botos adquiridos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Unidade Avançada de Humaitá) e na Organização Não Governamental Pacto Amazônico ocorrido nos anos de 2011 e 2012; 2) entrevista com os funcionários do INCRA (Unidade Avançada de Humaitá), viagens ao assentamento para estabelecer os primeiros contatos, apresentar o projeto e seu processo, realizados em 2011 e 2012, e (entrevista com os líderes da associação do assentamento, seleção das demais pessoas para a entrevista, execução da mesma) realizados nos anos de 2012 e 2013; e 3) análise dos dados obtidos nesta e nas etapas anteriores.

Foram coletadas vinte narrativas, dentre elas as de vinte famílias representadas por seus membros adultos que trabalham com a agricultura e o extrativismo vegetal e que residam na comunidade há mais de cinco anos; e uma narrativa do funcionário do INCRA. As famílias selecionadas para a pesquisa se encontram distribuídas em três comunidades: Botos, Escapole e Pirapitinga. Participaram da pesquisa oito pessoas da comunidade Botos, seis na Escapole e cinco pessoas na Pirapitinga.

As narrativas foram coletadas por meio de um gravador de voz e, em seguida transcritas em documento no formato *Word* para serem analisadas quanto ao conteúdo. Para isto, o procedimento adotado se baseou na sistematização dos dados proposta por Bardin (2007). Assim, inicialmente se fez a pré-análise em que se trabalha com a leitura inicial ou “flutuante” para estabelecer ideias iniciais, recorte do texto, identificação de frases, palavras que se repetem; e construção de indicadores. Em seguida, partiu-se para a exploração do

material em que será aprofundada a análise daquilo que foi sistematizado na etapa anterior e, por último, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação à luz de leituras voltadas para o tema da implantação de assentamentos.

Nos resultados preliminares referentes à segunda etapa dessa pesquisa, identificou-se o conflito pelo uso dos recursos naturais e foram apresentadas algumas categorias criadas a partir deste tipo de conflito, bem como foram identificados ~~em~~ os atores que estão envolvidos nos conflitos, as motivações e os fatores que potencializam a ocorrência destes.

A categoria atores envolvidos é constituída pelos assentados do PAE Botos, o INCRA e os proprietários de terras particulares que fazem limite com este assentamento. A motivação se dá na “confusão” em torno da questão da demarcação do perímetro do assentamento e, o que se percebeu enquanto fatores que potencializam os conflitos são a falta de organização da associação do assentamento e o processo de implantação do mesmo que, uma vez não concluído, acarretou problemas relacionados à infraestrutura do assentamento.

1. Fundamentação teórica

Há uma relação profunda entre a criação de assentamentos por meio da reforma agrária e os conflitos existentes no campo. No que tange à violência, mortes e interesses políticos, os conflitos já atingiram dimensões inescrupulosas (Oliveira, 1997). Há ainda, a possibilidade de tomar a posse da terra como uma luta que incorpora duas fases, a primeira de conquista pela terra e a segunda, a luta para permanecer na terra dispondo de melhores condições econômicas,

Após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas (BERGAMASCO E NORDER, 2001, p. 10).

É importante colocar também que no Brasil a reforma agrária só entra em vigor, quando há manifestações e lutas de grupos organizados. Isto é, o Governo vê a criação de assentamentos como uma medida para conter os conflitos sociais no campo,

No Brasil, a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo (BERGAMASCO E NORDER, 2001, p. 9).

É neste cenário de manifestações e lutas dos trabalhadores rurais que se percebe o sentido de pertencimento à terra que estes trabalhadores exprimem. A terra é algo intrínseco ao homem do campo, haja vista que ele mantém com ela uma relação de reciprocidade. A terra é usada para o trabalho, criação dos filhos e sustento,

Nos espaços rurais, as relações cotidianas são construídas tendo como base uma imensa ligação com a terra. O sustento da família é assegurado pelo trabalho sobre ela produzido, seja por intermédio dos produtos cultivados (para venda ou consumo), seja por intermédio da criação de animais (pastagens e outras fontes de alimento). A terra não é mero chão, mas a garantia de sobrevivência (BAGLI, 2010, p. 87).

Este relacionamento do trabalhador rural com a terra é visto com fragilidade quando o mesmo é impedido por proprietários de terras particulares, por exemplo, de trabalhar nela e tirar dela o produto para o sustento: *“Percebe-se que os conflitos agrários na Amazônia Legal são tanto conflitos armados (embora não declarados) quanto situações de violência generalizada e violação dos direitos humanos”* (MOREIRA, 2001, p. 16). A presença de um pistoleiro nos conflitos instaurados no campo significa, muitas vezes, o envolvimento de classes dominantes em que se encontram grandes proprietários de terra e políticos (SANTOS, 2000).

Os conflitos pelo uso e posse da terra se manifestam em todas as regiões brasileiras e são notadamente identificados pela falta de respeito e valorização da cidadania, dos direitos humanos. São configurados em ameaças às famílias camponesas, insegurança no local de trabalho e mortes no campo,

Os conflitos pela posse e propriedade da terra, presentes em todas as regiões brasileiras, são marcados por inúmeros atos violentos, o que significa uma ação generalizada contra as formas de luta pela terra das populações rurais brasileiras [...] No período entre 1988 e 1998, manteve-se elevado o número de conflitos no campo, envolvendo conflitos de terra, ocorrência de trabalho escravo, conflitos trabalhistas e outros tipos de conflitos [...] (SANTOS, 2000, p. 1-2).

Na região amazônica, os conflitos pelo uso de recursos naturais como a seringueira e a castanha sempre estiveram presentes. O rio Madeira, no século XVIII foi um ponto estratégico para os interesses econômicos da Coroa Portuguesa. Ferreira (1949) Apud Leal afirma que além do Rio Madeira fazer a ligação entre o centro e o norte da colônia portuguesa, também era um facilitador para a exploração das drogas do sertão (2009).

No século XIX, há o interesse estatal em demarcar as terras nas quais os seringais estavam presentes, já que a borracha estava dando grande lucro no mercado. Neste caso, regularizar a terra seria uma ação de tomar posse de terras que em que havia seringueiras em abundância,

O aumento das exportações de borracha desencadeou o interesse na demarcação de terras para exploração de estradas da goma elástica, assim como despertou o interesse público para a regularização das áreas. A cobiça não era sobre a terra em si, mas sobre a produtividade de terras que tivessem borracha (LEAL, 2009, p. 350).

Leal (2009) com base nos Relatórios de Presidente de Província, diz que em 1870 há um movimento de concessões de terras na Província do Amazonas. Arthur Reis (1977) apud Leal (2009) interpreta esse processo de concessões como um marco dos conflitos já que “*o empossamento não se procedia sempre com serenidade, com mansidão*” (p. 141). Dessa forma, os seringais estavam sujeitos a assaltos por conta da disputa constante de terra. Nesse ritmo, havia muitas mortes durante as lutas.

Nos anos que se seguiram, o poder público tinha interesse em regularizar as terras em que havia seringais e castanhas, pois os conflitos pelo uso destes produtos extrativos continuavam intensos. Em 1892, foi decretada a proibição da demarcação de terras de uso comum e mesmo assim, os seringalistas avançavam os limites e tentavam tomar posse das terras. Os trabalhadores dessas terras de uso comum foram a jornais para expor a situação como forma de protesto contra a violência e usurpação da terra nas quais estavam (LEAL, 2009).

A disputa entre trabalhadores comuns e os donos de terras mostram que essa foi uma época bastante marcada por incessantes conflitos pelo uso da terra. Percebe-se também, que a partir da crise de 1912, havia não apenas seringais nas terras disputadas. Havia também plantações, o que pode marcar o início do campesinato na Amazônia, já que as casas

aviadoras estavam em declínio e os trabalhadores precisavam de outros meios para garantir o sustento (Ibid).

Na década de 1970, o Governo afirma que há um grande vazio demográfico na Amazônia. A região precisaria ser ocupada de forma imediata e o Governo começa esse processo de colonização por meio de duas formas: a colonização espontânea e a dirigida. A espontânea se dava quando as pessoas a serem colonizadas já moravam no local, e a dirigida consistia em trazer pessoas de outras regiões e instalá-las em colônias na Amazônia. O governo passa a estimular a instalação de empresas e cooperativas para a execução de projeto de colonização privada. Assim crescem e se generalizam as pendências e lutas entre indígenas, posseiros, grileiros, latifundiários e empresários, ou outros, pela posse e uso da terra (IANNI, 1979).

Este processo de colonização que gerou conflitos na região amazônica foi realizado para conter conflitos em outras regiões. O nordeste do Brasil passava por um intenso período de seca e fome, como também não se pode esquecer que já havia na região uma considerável concentração de terras,

O padrão histórico de concentração de terras produz um efeito de expulsão dos trabalhadores rurais, em especial na região Nordeste, onde a concentração fundiária é ainda mais concentrada. A fim de evitar conflitos nas áreas onde a propriedade da terra já é institucionalizada, diferentes governos adotaram com política o incentivo à abertura de novas frentes de expansão das fronteiras agrícolas. Assim, o processo acelerado de migrações para a região Amazônica serviu como uma válvula de escape para aliviar o potencial de conflitos em outras regiões (SANT'ANNA E YOUNG, p. 19, s/d).

Em vista dos conflitos estabelecidos na Amazônia, movimentos de trabalhadores tradicionais começam a se organizar com maior expressividade em 1989. Foram organizações sociais que se manifestaram por meio de eventos como o I Encontro Nacional dos Povos Indígenas do Xingu; o I Encontro dos Povos da Floresta e o II Encontro Nacional de Seringueiros. Organizaram-se em comissões de “atingidos por barragens”, associações de garimpeiros e de assentados nas quais lutavam pela posse e uso da terra perante o Governo de forma a valorizar a cultura e assegurar os direitos às populações tradicionais (ALMEIDA, 1994).

Tudo isto mostra que as disputas pela posse da terra se apresentam desde o Brasil-colônia como algo agravante em vista da grande concentração de terras e o pouco interesse em uma distribuição das mesmas de forma igualitária. O quadro de conflitos se estende à estância judicial não como um mero mal entendido na demarcação de um território, mas como uma disputa violenta entre os pequenos produtores e os grandes proprietários.

2. Discussão dos resultados

O PAE Botos possui uma renda baseada na agricultura familiar da mandioca e da banana e do extrativismo do açaí e da castanha. Estas atividades são desenvolvidas em uma área de uso coletivo e que faz limites com propriedades de terras particulares. Assim, no período da cheia do Rio Madeira, instala-se um conflito entre os assentados do PAE Botos e os proprietários de terra particular no tocante ao extrativismo da castanha,

Porque a gente tem um problema com o Z. P. (pretendo dono de terra) que ele sempre criou problema na época da castanha, do açaí ele cria problema dizendo que é dele, apesar que a gente sabe que não é dele. Aí a gente vai pra cá tem o problema do seu H. (pretendo dono de terra) que diz que é dele na época da castanha também e a gente sabe que já foi demarcada a área do assentamento a gente sabe que não é dele (Narrativa 015. Assentado, 57 anos).

Os assentados colocam que já houve muitos casos em que os pretendidos donos de terra ameaçaram as famílias com vistas à intimidação das mesmas, isto é, para que elas interrompessem o extrativismo na área que supostamente seria de uso particular. Assim, alguns moradores do PAE Botos vão para os centros (locais de coleta da castanha) inseguros. Sentem medo de passarem por algum atentado,

A gente trabalha com medo, que vai só a gente pro mato a gente vai é com medo, tudo assustado. Nós tá amiaçado de morte aí pra dentro né? Ali pu paiol também amiaçado de morte. [...] Porque a gente trabalha assustado né? Ninguém trabalha aqui tranquilo não. Aqui trabalha com medo. Dexá por lá, depois que quebrá a castanha assim, aí robo. Como já robaro aqui perto de casa (Narrativa 021. Assentado, 23 anos).

As ameaças se manifestam de diversas formas. De acordo com os assentados, os donos de terra particular enviam-lhes documentos assinados pelo representante do INCRA de

Humaitá em que há a proibição do trabalho extrativo em determinado local do assentamento apontado nestes documentos como propriedade particular,

[...] seis ano dentro do assentamento. Todos seis ano perseguindo. Agora tá chegado os dia dele tá perseguindo lá.... é, quando chega esse tempo pa tirar a castanha é perseguição. Quando chega esse tempo... aí, pronto! É cartinha, ofiço... é poliça [...](Narrativa 003. Assentado, 50 anos).

Outra forma de ameaça é a verbal,

Ele sim. Ele (proprietário de terra particular) promete de onde topá o pessoal do assentamento ele dá um tiro no pessoal do assentamento, mas ele e esse “Z.P” aí também que num dêxa ninguém trabalhar em paz (Narrativa 006. Assentado, 26 anos).

Os assentados não relatam situações em que ocorreram mortes, porém colocam que os proprietários vizinhos do assentamento têm empregados que portam armas de fogo também com intuito de intimidar os moradores do PAE,

[...] num tem das criança? Que os minino vão pescá e eles fico cum a espingarda apontano o cartucho na cabeça das criança. Até isso tamém, né? Eles passo aqui cum a turma deles aí que tão nessa perturbação aí. Ele passo aí cum a ispingarda aqui na mão aqui, oh! Agora num sei qual é a intenção deles né? Num sei se é de atirá algum bicho aí pelo meio do caminho deles aí ou é cum alguma mal intenção da gente aqui, né? (Narrativa, 013. Assentado, 26 anos).

Estabelece-se uma relação de poder por meio da violência predominantemente simbólica. Parece ocorrer o sistema de coronelismo, em que uma pessoa, geralmente de maior poderio econômico, ultrapassa os limites de sua propriedade particular e explora as terras em que o uso é restrito a assentados,

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido por força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2007, p. 14).

Este poder, portanto, só se estabelece porque os assentados dão abertura para tanto, isto é, este tipo de relação de poder só é possível porque os assentados não conseguem evitar a situação recorrente. Sentem-se desamparados por parte do Governo e, mais especificamente, pelo INCRA, para uma reação por meio da qual mostrem que têm o direito de trabalhar no assentamento e de serem reconhecidos como agroextrativistas assentados. O INCRA está envolvido nessa relação de poder como um facilitador da confusão em torno da questão do perímetro do assentamento à medida que se encontra alheio à realidade de conflito sem oferecer assistência para a resolução do mesmo,

[...] porque o INCRA, ele deu o assentamento pá pessoa trabalhá, né? Mas sempe cum as dificuldade. A pessoa chega lá: “tá aconteceno isso, isso, assim” e eles tiro o corpo de banda sempe. Sempe tem que tê aquelas dificuldade porque é do homem (pretensu proprietário de terra). Tem percurá sabê se é ou não. E o INCRA tá sempe mandando documento assinado por ele auxiliando ele (pretensu proprietário de terra), então, a gente nunca gostô (Narrativa 010. Assentado, 46 anos).

Esta relação entre PAE Botos e INCRA, muito superficial e de pouco diálogo é um fator de importância na influência do poder que os proprietários de terra exercem sobre os assentados, ou seja, todo o contexto de desamparo dos assentados facilita a ocorrência desse tipo de poder,

Isto significa que o poder simbólico não reside “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos (BOURDIEU, 2007, p. 14-15).

Pode-se dizer que estas relações de poder só se estabelecem porque tanto os trabalhadores do PAE Botos quanto os proprietários de terra possuem uma ligação profunda com a terra e com o que ela pode oferecer. Claro que este dois atores apresentam pretensões diferentes para com a terra, porém procuram estabelecer vínculos de posse com a mesma,

O relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho é o de propriedade: esta constitui a unidade natural do trabalho com seus pressupostos materiais. Por isto, o trabalhador tem uma existência objetiva,

independentemente do seu trabalho. O indivíduo relaciona-se consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade (MARX, 1985, p. 65).

Um dos objetivos da criação de um assentamento rural é garantir que o trabalhador seja o proprietário da terra podendo desenvolver-se economicamente e, intrínseco a isto deve estar a segurança no trabalho. É neste sentido que Bergamasco e Norder (2001) colocam que existem as duas fases da luta pela terra. O PAE Botos encontra-se na segunda fase na qual o trabalhador procura condições favoráveis para o seu desenvolvimento socioeconômico. Levando em conta a realidade do Botos é quase inevitável para os assentados proferirem o depoimento de uma vida difícil e, por conta dessas condições, há a cogitação de abandonar o assentamento,

Aí, às vez eu só, cumigo... rapaz, a rente trabalhano iscondido é muito ruim. Às vez tem que ir cum medo de pegá a rente aí pelo mato e é aquele negoço. Aí, às vez fica difiço... rapaz, mulhé, um bora imbora? Num tem que tá trabalhano nessa vida, não. Mas, às vez, bota na cabeça que cidade é muito cara (Narrativa 012. Assentado, 40 anos).

Vê-se que a relação de poder estabelecida é de grande influência em todos os âmbitos da vida dos assentados, uma vez que há ainda a realidade de uma associação que está desenvolvendo um trabalho pouco coeso e organizado,

Falta a rente resolvê tudo né? O que falta mermo é gente assim pra saí daqui e corrê atrás, né? Porque se rente fica só na associação aqui, trabalha e paga a associação, mas ninguém corre atrás de nada né? Aí, fica difiço pá resolvê, né? Porque se a rente quisé alguma coisa na associação, tem que corrê atrás, né? Principalmente fiscal, presidente, né? São responsável por tudo. Eu acharia que devia corrê atrás, né? A gente faz reunião aí e tal e falta tanta coisa por causo desses negoço mermo, né? Mas daí, nunca ninguém sai daqui pá ir atrás de nada, né? Só faz reunião e fica aqui (Narrativa 020. Assentado, 25 anos).

Assim, no conjunto dos problemas está a insegurança no trabalho, a organização da associação que se encontra fragmentada e a falta de infraestrutura adequada: não há escola, não há saneamento básico, não há postos médicos ~~evidentemente equipados~~. As narrativas dos

assentados do PAE Botos enquanto “re-significações” da realidade (RICOEUR, 1994) são a tradução de uma realidade muito difícil,

A vida aqui, ela né muito fácil assim não. É meio difícil, principalmente sobre essa escola. Nossos filho, eles sofre muito pá ir todo dia daqui, hora de doze hora, pá ir paquele colégio ali [...] Difiço, difiço, difiço mermo. Sabe que até hoje ninguém sabe como vai ficá isso aí. E negoço de agente de saúde aqui também tá difiço. Porquê, mana, se adoecer um aqui, ele vai morrer [...] Me arrependi de tê entrado nessas coisa. Esse negoço de assentamento. Pelo menos visita do INCRA aqui ninguém num tem. O INCRA eu num sei quando na vida o pessoal do INCRA viero aqui. Vixe, faz muitos tempo que eles num vem aqui, óh (Narrativa 005. Assentado, 28 anos).

O vocábulo “difiço” muito presente nas narrativas dos assentados faz a representação de como os mesmos classificam a realidade da qual fazem parte, já que o significado contido na palavra “difiço” está embutido no contexto social do assentamento, demonstrando que o discurso funciona como uma maneira de representação das situações que um indivíduo participa,

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mas precisamente interativo, por meio do qual as pessoas - na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os temas a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (SPINK E MEDRADO, 1999, p. 41).

É possível perceber que o conflito pelo uso dos recursos naturais está dentro de uma problemática maior no que tange o processo de implantação do assentamento Botos ainda não concluído até o momento, dando margem à fragilidade social de pouco ou nenhum acompanhamento do Governo. E é fato que *“os programas de crédito especial para as áreas de assentamento não têm conseguido suprir as demandas e carências das famílias assentadas”* (FERNÁNDEZ E FERREIRA, 2004, p. 209).

De acordo com o exposto, é preciso colocar que o conflito ocorrente no PAE Botos tem raízes na falta de acompanhamento e amparo do INCRA, no entrave do processo de implantação que deve ser concluído e na desorganização da associação, ao passo que tudo isso

enfraquece a estrutura do assentamento e propicia a tomada do poder pelos proprietários de terra particular.

3. Considerações Finais

O PAE Botos foi instituído no ano de 2004. Desde então, os assentados passam por situações difíceis no tocante ao acesso às políticas públicas, principalmente, quanto à segurança no trabalho. O caso do PAE Botos é representativo de uma situação encontrada em todas as regiões do Brasil, como afirma Santos (2000).

As narrativas apresentam um universo de conflitos cujo conteúdo aponta tanto para a questão da infraestrutura do assentamento quanto para a questão do poder exercido pelos donos de terra particular sobre os assentados do PAE Botos, fato que se apoia no desamparo, ou mesmo situação de abandono que o INCRA promove.

O conteúdo das narrativas funciona como a transcrição da realidade do PAE Botos a partir daquilo que seus assentados têm a dizer. Têm-se assim um discurso composto de um léxico voltado para as situações de conflito, as dificuldades de morar em um assentamento e de lidar com estas dificuldades no cotidiano.

Conclui-se que o conflito pelo uso dos recursos naturais, pela castanha, não pode ser tomado como algo desconectado da situação geral do PAE Botos, pois não é possível desconsiderar que as condições de infraestrutura e organização social do assentamento bem como a falta de acompanhamento do INCRA não são fatores que potencializam a ocorrência do conflito.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Berno de Almeida. **Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia.** In: A Amazônia e a crise da modernização. COED/MPEG, 1994.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano: Harmonia e conflito na cadencia da contradição.** In: Cidade e Campo: Relações e contradições entre urbano e rural. SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.).

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Edições 70 LTDA, abril de 2007.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillon; FERREIRA, Eudson de Castro. **Os Impactos Socioeconômicos dos Assentamentos Rurais em Mato Grosso.** In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. LEITE, Sérgio. **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional.** Rio de Janeiro: MAUD, 2004.

IANNI, Octavio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979. (Coleção Sociologia Brasileira).

LEAL, Davi Avelino. **Conflitos pelo uso dos recursos naturais, direitos e processos de territorialização no Rio Madeira.** In: ALMEIDA, Wagner Berno de Almeida (organizador); autor, Emmanuel de Almeida Farias Júnior [et. al]. **Conflitos sociais no “Complexo Madeira”.** Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2009.

MINAYO, M.C. **O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativas**. Tomo I. Campos: Papyrus, 1994.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 14ª edição.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. **Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas**. In: SPINK, Mary Jane (org). *Práticas discursivas de sentidos no cotidiano. Abordagens teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortejo, 1999.

TOBAR, F. e YALOUR, M. R. **Como fazer teses em saúde pública**. 1ª. Reimpressão. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MOREIRA, Júlio da Silveira. **Conflitos agrários na Amazônia e a proteção internacional dos deslocamentos internos**. Rio de Janeiro: Revista Intellector (Ano VII, vol. VII nº 14, ISSN 1807-1260), 2001.

SANT'ANNA, André Albuquerque – IE/UFRG; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann – IE/UFRJ, s/d.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Conflitos agrários e violência no Brasil: Agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Red de bibliotecas virtuales de ciencias sociales de américa latina y el caribe, de la red de centros miembros de clascso. Bogotá, Colômbia, 2000.

VIEIRA, V. A. **Narrativas sobre hipertensão arterial e diabetes *melittus* e os sentidos nelas produzidos por pessoas atendidas em grupos de aconselhamento**. Rio de Janeiro. 2004. Tese. Escola Nacional de Saúde Pública.

Cronograma de atividades

Descrição	2012					2013							
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar.	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Análise das narrativas coletadas e acompanhamento das reuniões	X	X	X	X									
Apresentação parcial oral						X							
Viagens a campo, avaliação e sondagem das dúvidas identificadas na fase de análise.					X	X	X						
Revisão teórico-documental									X	X			
Interpretação e análise dos dados								X	X	X			
Elaboração dos resultados									X	X	X		
1) Elaboração do Resumo e Relatório Final (atividade obrigatória)												X	X
2) Preparação da													

Apresentação Final para o Congresso (atividade obrigatória)														
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--